

Entrevista: *Sílvia Hunold Lara*

Nasceu em Ribeirão Preto, São Paulo, em 1955. Graduiu-se em História pela Universidade de São Paulo (1977), onde também doutorou-se em História Social (1986). É professora livre-docente (2004) e titular (2009) do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Foi pesquisadora visitante no centro Latin American and Caribbean Studies da Northwestern University (2006). Publicou livros e artigos sobre a história da escravidão e das relações entre cultura e poder na América portuguesa, e sobre História e Direito, dentre eles: *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808* (1988); *Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa* (2000) e *Fragments setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa* (2007).



Foto: Antonio Scarpinetti

Hydra: Olá professora Silvia. É um prazer contar com sua presença no segundo número da revista Hydra. Gostaríamos de começar as perguntas abordando seu trabalho seminal *Campos da Violência*, de 1988. Nessa obra, vimos frutificar uma perspectiva historiográfica que se consolidou especialmente no departamento de História da Unicamp, que mantém o perfil de produzir célebres pesquisas na área de história social da cultura, do trabalho e da África. Decorridos quase 30 anos da publicação, como você a avalia atualmente, como autora e como historiadora?

Sílvia Hunold Lara: Olá, também é um prazer participar desse número da revista *Hydra*. A pergunta é um desafio, pois já lá se vão muitos anos que *Campos da Violência* foi publicado, em 1988. O livro resultou de minha tese de doutorado, defendida em 1986, na USP, sob orientação de Fernando Novais. Naquele período, várias pessoas estavam trilhando caminhos parecidos, em lugares diversos. João Reis havia buscado o ponto de vista dos insurgentes ao estudar a rebelião de 1835 na Bahia na tese que defendeu em 1982 na Universidade de Minnesota, sob a orientação de Stuart B. Schwartz (publicada em 1986 em português); Sidney Chalhoub tinha tratado da vida cotidiana da classe trabalhadora no Rio de Janeiro oitocentista no mestrado que defendeu em 1984 na Universidade Federal Fluminense, sob a orientação

de Robert Slenes, e estava pesquisando as visões escravas da liberdade com vistas ao doutorado, que foi defendido em 1989 (e publicado em 1991). Maria Helena Machado havia feito um mestrado sobre a criminalidade escrava em 1985, também na USP, sob a orientação de José Carlos Bom Meihy, e estava trabalhando num projeto sobre os movimentos sociais no período da Abolição, que resultou em seu doutorado, desenvolvido sob a orientação de Maria Odila da Silva Dias e concluído em 1991. Poderia citar muitos outros colegas. O que havia em comum era a busca de um novo olhar sobre as relações escravistas, que incorporasse o ponto de vista dos escravos, e o uso de fontes judiciais, que permitiam essa abordagem. A linha de pesquisa em História Social da Escravidão e do Racismo que se formou na UNICAMP no final dos anos 1980 congregou vários desses jovens historiadores, associou outros em projetos coletivos que lidavam com temas correlatos e formou muita gente, que depois se engajou em outros departamentos de História... desenvolvendo novos projetos, pesquisas e formando mais historiadores. O impacto historiográfico dessas pesquisas de fato se consolidou nos anos 1990 e redundou na publicação de vários livros importantes sobre a história da escravidão e da experiência escrava, sobretudo no Brasil do século XIX. Passados quase trinta anos, pode-se dizer que, de fato, esse movimento fez surgir novas perguntas, colocou em pauta o uso de novas fontes e abriu novas perspectivas de trabalho. Meu livro realiza um diálogo com os estudos anteriores, publicados nas décadas de 1960 e 1970, e com o modo como até então a história da escravidão era tratada. Procura explorar diversos aspectos das relações entre senhores e escravos, concentrando-se no significado do castigo físico exemplar tinha no domínio escravista. Ao examinar as relações escravistas no período colonial, diferencia-se de grande parte dos estudos realizados sobre o tema no Brasil, voltados mais para o século XIX.

Hydra: Compreende-se que sua obra está ligada a uma perspectiva que alarga a concepção de trabalhador no século XIX: ao resgatar a experiência escrava e inseri-la na história do trabalho, foi possível entrever a experiência comum dos mundos do trabalho que escravos, libertos e livres partilharam. Não obstante, uma vertente historiográfica recente afirma que esse alargamento ainda deixa de fora outros trabalhadores, como os das forças policiais e as prostitutas. Qual a sua perspectiva em relação a essa crítica?

Silvia Hunold Lara: É estranho... a maior parte de minhas pesquisas lidou com o século XVIII, não com o XIX. Orientei muitas dissertações e teses sobre o XIX, mas pouco escrevi sobre esse período. Ao estudar a escravidão no período colonial, procurei enfrentar dois desafios importantes: colocar a chamada “história colonial” em perspectiva, de modo a fazer aparecer nuances, cronologias, tensões, etc; e buscar o ponto de vista dos escravos diante das relações de domínio colonial e escravista. Ao empreender uma abordagem que privilegia a história social do trabalho, minhas pesquisas destoaram um pouco dos debates que movimentaram os estudos sobre o mundo colonial, voltados mais para a história política e cultural. Apesar dessa âncora empírica e historiográfica específicas, meu trabalho tem consonância com as

pesquisas realizadas sobre a escravidão no século XIX, em termos de fontes, procedimentos metodológicos, abordagem e problematização do tema. Houve alargamentos importantes nesse percurso, nos últimos anos, por exemplo, com pesquisas sobre os significados culturais e políticos da origem africana de grande parte dos escravos na América portuguesa e no Brasil, sobre a ambiguidade das condições sociais e jurídicas da escravidão e da liberdade. E com estudos regionais que foram mostrando a variedade de contextos e conjunturas nas quais a experiência escrava foi se conformando ao longo do tempo. Penso que há ainda campos parcialmente explorados que poderiam ser mais bem investigados, como a escravidão indígena (importantíssima no período colonial, mas não só), a experiência das escravas e libertas (estudadas muitas vezes em conexão ao tema das famílias). Talvez mais importante do que definir quem pode ser ou não considerado “trabalhador” seja pensar nas formas de dominação e exploração que dão nexos às relações sociais. Sem dúvida alguma, nos anos 1880 e 1890, eram pouquíssimos os estudos que incorporavam as diferenças étnicas e de gênero em suas análises. Hoje não podemos prescindir delas nas nossas pesquisas. Creio que esse “alargamento” é mais importante do ponto de vista historiográfico.

Hydra: Recentemente no I Seminário da Revista Hydra, pudemos contar com a colaboração do professor Ricardo Pirola e do professor Andre Rosemberg. Na ocasião, houve um debate sobre as situações contemporâneas de escravidão. Sabemos que atualmente o Cecult desenvolve o projeto de pesquisa “Entre a escravidão e o fardo da liberdade: os trabalhadores e as formas de exploração do trabalho em perspectiva histórica” sobre trabalho compulsório, forçado ou análogo ao de escravo e que existe uma interlocução internacional sobre o tema com a historiadora Rebeca Scott. Gostaríamos de saber a sua opinião sobre as potencialidades do tema da escravidão contemporânea na história e na esfera política do processo de construção da cidadania no Brasil. Como historiadores, como podemos encarar e discutir a violência ou castigo nessas experiências contemporâneas? Além disso, gostaríamos que você explicasse com mais vagar o andamento desse projeto de pesquisa do Cecult, sua perspectiva teórica e seu diálogo com a historiografia internacional sobre a questão.

Silvia Hunold Lara: São muitas perguntas ao mesmo tempo.... Vou começar pela última. O Cecult tem uma tradição de pesquisas coletivas: sempre temos temas amplos e questões teóricas que servem de convergência para os trabalhos que realizamos individualmente e de orientação para as atividades coletivas que desenvolvemos com nossos alunos de graduação e pós-graduação. A questão central que preside nosso atual projeto no Cecult diz respeito às fronteiras ambíguas entre a escravidão e a liberdade. Parte do projeto diz respeito à chamada escravidão contemporânea, mas não todo ele. Queremos discutir as formas de compulsão ao trabalho existentes na liberdade ao longo do tempo e entender melhor os processos da escravização e da compulsão ao trabalho. O texto do projeto e notícias sobre suas atividades

estão disponíveis na página do Cecult na internet:
<http://www.cecult.ifch.unicamp.br/projetos/esfarli/inicio>

Caminhando para a segunda pergunta, creio que preciso retomar um dos pontos importantes que defendi no *Campos da Violência*. Durante muito tempo, o debate sobre as características das relações escravistas no Brasil se fez em torno do binômio benevolência / violência. Eu argumentei que afirmar a violência da escravidão não permitia muito avanço analítico; achei mais interessante compreender como havia sido possível considerar 100 açoites dados em cotas de 10 durante dez dias alternados um castigo humano, moderado e cristão. Para nós, hoje, um único açoite é uma violência. Ou seja: se esse é um termo cujos significados mudam historicamente, o importante é entender como em cada época se configuraram as relações de dominação e exploração e como elas foram justificadas e percebidas pelos sujeitos históricos que as experimentavam. Por isso, uma coisa é *denunciar* a violência das formas de exploração do trabalho no mundo contemporâneo; outra é *analisar* o modo como elas se dão e como, no mundo em que vivemos, muitas dessas formas são explicadas, justificadas e vividas pelos próprios trabalhadores e por seus patrões. Este segundo procedimento pode nos levar a examinar relações que muitos dos que vivem no nosso mundo podem até mesmo nem considerar “violentas”...

E isso abre caminho para responder a primeira pergunta. Evidentemente há um grande potencial político e analítico no estudo da escravidão contemporânea, tanto do ponto de vista do historiador quanto do cidadão. Mas não somente da escravidão contemporânea. Incluir o ponto de vista dos escravos na história da escravidão é uma atitude ao mesmo tempo analítica e política, que encontra eco nos movimentos sociais que reivindicam inclusão social e racial. Não é à toa que a maioria dos estudiosos que estudam escravidão (histórica ou contemporânea) e o pós-abolição tenha se posicionado de modo favorável às cotas, antes mesmo da decisão do STF de 2012. Esse diálogo entre a produção acadêmica e os movimentos sociais pode ser de dupla mão. Grande parte das conquistas relativas à inclusão da história da África e dos afro-brasileiros no ensino secundário vem do movimento negro, mas desde a promulgação da lei 10.639 em 2003 as universidades aproveitaram para criar ou aumentar esse campo de estudos nos departamentos de História – e isso tem reforçado movimentos historiográficos importantes, como os que mencionei agora há pouco, sobre os significados das diferenças étnicas entre os escravos. No caso da análise do trabalho análogo ao de escravo no Brasil contemporâneo há diversas questões importantíssimas para o historiador. Uma delas, por exemplo, diz respeito ao modo como a escravidão foi definida ao longo do tempo. Esse é um aspecto que vem interessando bastante Rebecca Scott, que está desenvolvendo um trabalho conjunto com pesquisadores brasileiros da área do Direito e alguns juízes. E que interessa bastante a alguns pesquisadores no Cecult. Com apoio da Fapesp estamos digitalizando milhares de procedimentos investigatórios do Ministério Público do Trabalho da 15ª região (Campinas) e esse acervo é muito rico para discutir o modo como, na prática, a noção jurídica de “trabalho análogo ao de escravo” foi se construindo. Para quem sempre estudou a chamada “escravidão histórica” analisar essa documentação é um desafio.

Investigar como o que hoje podemos chamar de “trabalho escravo” era entendido e nomeado em outros momentos nos leva aos alicerces do que chamamos liberdade.

Hydra: Vivemos um momento político conturbado no Brasil com repercussão internacional com o recente afastamento da presidenta Dilma Rousseff da presidência da república. Tem sido bastante frequente a circulação de diversas sátiras sobre as dificuldades dos professores de história do futuro em explicar os detalhes da política brasileira de hoje. Da mesma forma, também vemos um alastramento do discurso da história como juiz, a história como o lastro da verdade. Não são de hoje essas aproximações entre história, verdade, direito e justiça, nos sentidos mais amplos desses termos, inclusive dentro do meio acadêmico. Carlo Ginzburg escreveu que, desde o surgimento do gênero que chamamos história, as relações entre história e direito sempre foram estreitas. Ginzburg ressalta o caráter argumentativo da história apontando origens no âmbito jurídico. Gostaríamos que comentasse essas relações imbricadas entre direito e história em dois aspectos. Primeiro em termos de metodologia, no sentido da aplicação do paradigma indiciário na história, a credibilidade e o rigor científico que isso traz à produção historiográfica. Em segundo lugar, pedimos que comente essa ideia corrente da história como juíza do futuro, como se o presente não permitisse discernimento das lutas políticas atuais.

Silvia Hunold Lara: O paradigma indiciário não é uma exclusividade nem da História nem do Direito. O famoso artigo de Ginzburg sobre isso mostra como ele está presente em outras áreas, como a Medicina, a Psicanálise, a História da Arte, etc. No caso da História, a base de nosso ofício é a pesquisa empírica: vasculhar os vestígios (materiais, textuais, iconográficos, sonoros) deixados pelos que viveram no passado (mais longínquo ou mais próximo) para compreender as ações humanas. Podemos contar as informações que oferecem, cruzar dados, comparar ... realizar uma infinidade de operações para responder as indagações que fazemos a respeito das experiências humanas no passado. As respostas que obtemos, as interpretações que construímos com base nesses elementos devem dar conta desses indícios – e o processo da pesquisa é exatamente lidar com o que não combina ou que destoa das ideias com as quais iniciamos essa busca. Quanto mais dados e quão maior a nossa capacidade de lidar com variáveis e construir explicações para o que é aparentemente contraditório, maior será a credibilidade dos resultados da pesquisa histórica. Esses resultados são expostos sob a forma de argumentos, em diálogo com outros historiadores – é assim que se constitui o rigor científico em nossa área. Não creio que isso seja decorrente do paradigma indiciário, mas algo constitutivo do nosso ofício.

Exatamente por essa característica, os historiadores não são juízes nem do passado, nem do presente ou do futuro. Nosso trabalho não é julgar, mas compreender, dar conta das diferenças, explicar as contradições. Talvez resida aqui o medo que parte das forças em

confronto nos dias atuais tenha do trabalho dos historiadores no futuro: elas podem parecer hegemônicas hoje, mas a investigação histórica certamente desnudará os mecanismos pelos quais conseguiram impor essa aparente hegemonia. Isso é diferente de simplesmente denunciar o golpe em curso e justificar essa posição com os elementos que dispomos como cidadãos, como sujeitos de uma luta política na qual estamos envolvidos. O historiador fará bem mais que isso...

Hydra: Na historiografia da escravidão, sua obra é reconhecida como partícipe e capitaneadora do movimento de recuperação da agência de africanos escravizados e seus descendentes, evidenciando as negociações e formas de organização política. A cultura historiográfica brasileira, especialmente aquela produzida no interior da história social, teve que encontrar formas de trazer à tona as vozes de sujeitos antes silenciados. Em outras culturas historiográficas, como a estadunidense, por exemplo, trabalhou-se com documentos produzidos em primeira pessoa, como as autobiografias de escravizados e libertos. Como você avalia, hoje, a pesquisa histórica desenvolvida com documentos oficiais, de onde se busca a voz de sujeitos subalternizados, e aquelas que se utilizam de documentos em primeira pessoa? Quais os desafios que cada um desses documentos apresenta? Há trabalhos recentes que você destacaria nesse sentido?

Silvia Hunold Lara: Cada fonte tem seus protocolos narrativos. É parte fundamental do trabalho do historiador lidar com essas características ao analisar os documentos. Não vejo, desse ponto de vista, muita diferença em buscar entender a voz dos escravos em processos criminais ou em narrativas em primeira pessoa. Diante de qualquer documento (textual, iconográfico, sonoro) precisamos estar atentos aos modos de sua produção e circulação, ao contexto em que foram produzidos. É uma ilusão achar que os documentos em primeira pessoa são mais “testemunhais” do que as chamadas fontes oficiais. Hobsbawm escreveu uma vez que o historiador que pretende investigar a história de gente iletrada tem que “inventar” seus documentos. Isso é muito interessante, pois ele desloca a questão para os historiadores: somos nós, ao fazer perguntas e buscar respostas que transformamos coisas, textos, músicas em documentos, em fontes históricas.

Hydra: Como suas pesquisas vêm demonstrando, o estudo sobre quilombos tem recebido atenção renovada. Palmares, no entanto, mesmo nos trabalhos mais recentes, não teria se beneficiado dessa renovação. Nesse sentido, gostaríamos de entender o que, na sua visão, impediu essa atualização dos estudos sobre Palmares para além dos já conhecidos trabalhos sobre a resistência escrava. Um dos episódios e símbolos mais revisitados do movimento negro brasileiro, ele carrega consigo singularidades importantes: fez parte de uma campanha militar, nos parece, pouco estudada pela história social; e tem, no seu cerne, uma história

política que parece estar ligada, de forma mais ampla, a um vocabulário e experiência da diáspora. O pouco interesse por essas dimensões advém de limitações das fontes, dos historiadores ou de limitações impostas pelos próprios fatos?

Ainda sobre Palmares, como você vê as potencialidades da produção historiográfica sobre os quilombos em relação às lutas atuais pelo reconhecimento das terras quilombolas, à memória da resistência e ao próprio movimento negro?

Silvia Hunold Lara: Venho pesquisando a história de Palmares há alguns anos. Uma das coisas que mais me impressiona é o fato de que a grande maioria dos historiadores tenha se contentado em consultar as coletâneas de documentos, sem realizar uma investigação exaustiva nos arquivos. Os que realizaram essa investigação em geral colocaram suas fontes a serviço da defesa de uma interpretação consagrada para a história de Palmares. Eu comecei minha pesquisa investigando um episódio que havia sido deixado de lado pela historiografia: o acordo de paz firmado em 1678. Segui as pistas oferecidas pelos colegas que me antecederam e procurei os originais dos documentos nos arquivos e descobri tanta novidade que tenho dificuldade em terminar essa pesquisa e concluir o livro que estou escrevendo... O olhar predominante para as expedições contra Palmares praticamente obliterou a possibilidade de uma cronologia orientada por outros critérios. A leitura geralmente direta e simplificada das fontes levou a considerá-las “míopes”, mas elas revelam informações importantes sobre o modo como os habitantes dos Palmares eram vistos e considerados pelas autoridades coloniais – e esses dados fornecem novas pistas de pesquisa. Ao segui-las, pude aventar novas hipóteses e aprender com elas. Isso me levou também a ver sentidos políticos diferentes para os resultados do meu trabalho. Por exemplo: mais que um *quilombo* (no sentido atual e naquele que essa palavra ganhou no século XVIII), Palmares foi um reino negro de matriz centro-africana que se formou no interior sul de Pernambuco, ao longo de um período conturbado. Esse reino chegou a seu auge nos anos 1670, sofreu uma derrota militar importante em 1678 mas conseguiu obter terras e autonomia política por meio de um acordo de paz que durou muito pouco. As autoridades coloniais demoraram mais de 15 anos para conseguir desmantelar o que sobrou da estrutura militar e política dos Palmares. A historiografia tende a salientar a história de Palmares como símbolo da luta pela liberdade, como se esse fosse um valor universal. Mas isso não me parece ter estado no horizonte daqueles homens e mulheres que habitavam os mocambos e lutaram para defendê-los. Certamente a maior parte havia fugido da escravidão e para ela não queria voltar. Muitos haviam nascido nos Palmares e, depois de 1678/1682, tinham uma condição jurídica diferenciada, que causou muita polêmica no final do século XVII. As lideranças de Palmares reivindicavam uma autonomia política que colocava em cheque princípios básicos da escravidão (como o de que os filhos seguem a condição da mãe) – e que foi reconhecida e levada em conta pelas autoridades coloniais em Pernambuco e no Conselho Ultramarino. Isso é diferente de “liberdade” – e tinha um significado impactante naquele período. E também

nos nossos dias. Não é impressionante que até hoje só conheçamos seus nomes centro-africanos?

Hydra: Nos últimos anos, vimos crescer a produção historiográfica que se desenvolve a partir das interconexões entre gênero, classe e raça. Especialmente na historiografia da escravidão e da abolição, há obras de referência quanto a isso, como o pioneiro *Mulher e Escrava*, de Sonia Maria Giacomini e o mais atual *Caetana diz não*, de Sandra Graham. Quais as principais dificuldades que o historiador enfrenta no trato dessas noções, do ponto de vista dos documentos e das abordagens? Como superar a compreensão da experiência feminina limitada à família (como alguns estudos ainda o fazem), sem essencializações e em direção às suas diferentes formas de atuação política?

Silvia Hunold Lara: Na verdade, tenho dado pouca atenção às questões de gênero em minhas pesquisas... pois acabei focalizando mais os nexos entre raça e classe... Por isso, acabo acompanhando menos os debates na área dos estudos de gênero. Já escrevi sobre questões ligadas à experiência feminina, como as roupas das escravas. Porém, mais que o tema em si, minha intenção era discutir o processo de racialização que se podia observar no modo com que o uso do vestuário era tratado por padres, administradores, conselheiros do Ultramarino, etc. Havia uma preocupação específica com os trajes das mulheres: das escravas e das libertas em particular. O modo como elas eram nomeadas, os significados que eles atribuíam às roupas e aos adornos que elas usavam foi o que chamou minha atenção. Como esses elementos combinavam com outros que qualificavam pejorativamente os escravos e os libertos, em geral, acabei não me aprofundando no tema. Fiz algumas tentativas, em busca do que significavam as roupas e, especialmente, os adornos para as escravas e as libertas. Mas a documentação iconográfica para a segunda metade do século XVIII é muito reduzida e naquela época eu não tinha condições de me aprofundar na bibliografia africanista, essencial para tentar apreender o ponto de vista das escravas. No *Fragmentos Setecentistas* esse estudo sobre as roupas das mulheres está presente, mas não considero que tenha feito algo sobre a condição feminina ou sobre as relações de gênero.

As relações de gênero constituem um campo historiográfico próprio, pujante e com debates específicos... É preciso reconhecer essas tradições, dialogar com elas. Mas é preciso também reconhecer que não se pode fazer tudo. Minhas pesquisas me levaram para a história social e do trabalho. Apesar dessas separações, minha experiência tem mostrado que o modo mais interessante de fazer análise histórica é aquele que consegue ultrapassar esses recortes. Certamente há interesse em investigar a condição feminina ou as relações de gênero numa determinada sociedade, assim como as formas de exploração do trabalho e as características do processo produtivo. Mas nenhum desses aspectos pode ser compreendido de forma isolada, sem que sejam perscrutados também os nexos com outras dimensões das relações sociais. Como não é possível tratar de todos os aspectos, o desafio é escolher os elementos que mais importam para discutir o problema que preside as investigações que realizamos.

Hydra: Professora, chegamos ao final de nossa entrevista. Gostaríamos de agradecer imensamente sua disponibilidade para ser entrevistada nesse novo número da revista Hydra. Como última pergunta, gostaríamos de voltar especificamente para a questão da cidadania como tema da produção historiográfica nacional. Como todos sabemos, a historiografia possui conexões sólidas com o presente dos historiadores que a produzem. Neste sentido, a conjuntura sempre se torna, também, matéria do ofício do historiador e parte constitutiva de sua pesquisa. Pensando o período de efervescência política atual e os diversos atores que compõem este cenário, quais as potencialidades que você enxerga para os estudos sobre cidadania, participação política e luta por direitos? Como você compreende a função social do historiador – e da história social - diante de cenários de instabilidade político-social e da história do tempo presente?

Silvia Hunold Lara: As conexões entre o historiador e o mundo no qual ele (ou ela) vive não estão ligadas apenas aos temas com os quais ele (ou ela) trabalha. Certamente os que estudam relações de gênero tendem a estar mais atentos com as causas feministas ou dos homossexuais, os que lidam com a história da escravidão e das relações raciais com o combate ao racismo, etc. No entanto, não é necessário que façamos pesquisas sobre cidadania, participação política e luta por direitos para que possamos contribuir para a vida política no mundo em que vivemos. Se assim fosse, um físico não poderia ter atuação política... Mas uma coisa é nossa atuação como cidadãos, outra como historiadores. Muitas vezes, o modo como abordamos um problema histórico, a que sujeitos conseguimos dar voz ou quais grupos sociais incorporamos na explicação histórica, por exemplo, constitui uma forma de atuação política que ecoa de modo importante na sociedade em que estamos inseridos. Algo que talvez possa parecer muito “técnico” do ponto de vista do historiador pode fazer parte de um conjunto mais amplo de escolhas que integram as lutas políticas empreendidas numa determinada conjuntura. Mas creio que seria possível ir além disso. Os historiadores podem ter uma intervenção social específica, relacionada à sua atuação profissional. Penso nos arquivos e bibliotecas, por exemplo. Vejo poucos historiadores se pronunciarem em defesa dessas instituições tão essenciais para nossa sobrevivência profissional. Isso não é preocupante, sobretudo na situação atual de nosso país em que tantos direitos arduamente conquistados estão sendo reduzidos?

Agradeço a oportunidade da conversa e as perguntas da entrevista – elas me fizeram pensar bastante!

